

Exploração florestal

Produção não madeireira traz lucros sem prejudicar as florestas

Um dia, perguntaram ao arquiteto e paisagista José Zanine Caldas (1918-2001), sobre o valor das florestas. O artista, que criava lindas casas e desenhava interessantes móveis, nos quais a madeira desempenhava papel fundamental, respondeu com uma frase ouvida do seu pai: "As florestas servem para o que você quiser". Pura verdade. O potencial de aproveitamento dos bens florestais, sejam eles madeireiros ou não, é simplesmente notável.

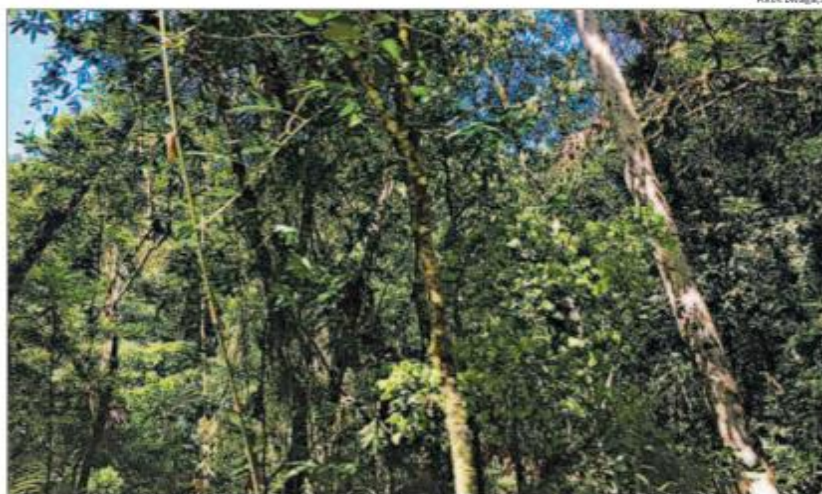
Tal fato, conhecido desde os tempos imemoriais, tornou-se mais factível nos dias atuais com os intensos estudos desenvolvidos sobre as florestas, que culminaram com o desenvolvimento de novas tecnologias, possibilitando o aproveitamento comercial de inúmeras matérias-primas e produtos provenientes da natureza.

Em um país como o Brasil, campeão de diversidade de espécies, o potencial é ainda maior. Infelizmente, a devastação tem sido muito grande e várias dessas riquezas poderão desaparecer, antes mesmo que sejam bem estudadas pelos cientistas e devidamente exploradas, por meio do manejo sustentável. Somente na Amazônia já foram destruídos milhões de hectares de florestas nos últimos cinquenta anos. Normalmente, a exploração predatória estimulada pela falta de fiscalização e de penalidades, bem como a adoção de políticas públicas irresponsáveis são as principais causas desse dano ambiental.

Dessa forma, o manejo sustentável dos recursos naturais das matas brasileiras é considerado o grande desafio do século XXI para conservar as extensas áreas florestais remanescentes, lembrando que elas são os principais redutos da biodiversidade mundial.

Para conciliar a conservação das florestas com a exploração econômica, é preciso levar em conta algumas premissas básicas. A primeira delas é reconhecer que a floresta tem um valor complementar, oferecendo vários produtos, além da madeira, e podendo prestar inúmeros serviços ambientais. Outro fator a considerar é a necessidade de harmonizar as políticas públicas de desenvolvimento, fazendo com que a conservação possa se desenvolver paralelamente ao processo produtivo ou extrativo.

Nesse contexto, uma das alternativas mais interessantes para a exploração da floresta é o aproveitamento dos bens florestais não madeireiros, que englobam os recursos biológicos provenientes



Interior da Mata Atlântica abriga uma série de riquezas que ainda não foram exploradas



Seringueira da qual é extraído o látex, importante fonte de renda



Castanha do Brasil: dos bens exportáveis mais procurados por consumidores

das matas nativas, sistemas agroflorestais e de plantações florestais. Em muitas regiões temperadas e tropicais, tais produtos são extremamente importantes para subsistência e para estilos de vida e culturas tradicionais no meio rural, representando, ao mesmo tempo, alimentos, remédios e abrigos. Podem se tornar também importantes fontes de renda. Durante séculos, esses bens - especiarias, plantas medicinais, fragrâncias, resinas

e corantes - e estimularam as viagens de exploração e sustentaram as rotas comerciais em todo o mundo.

A diversificação dos produtos florestais não madeireiros é bastante grande, assim como o potencial para a inclusão de novos produtos, principalmente na região dos trópicos, onde ocorre maior diversidade de espécies vegetais.

No caso específico da Amazônia brasileira, o problema é que

muitas dessas plantas, amplamente utilizadas como alimentos e remédios pelas populações locais - andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera* sp.), jatobá (*Hymenaea courbaril*), piquiá (*Caryocar villosum*), entre outras -, são retiradas também da floresta para a comercialização de madeira.

O piquiá, por exemplo, é uma espécie bastante procurada pela qualidade de sua madeira, mas também produz frutos muito nutritivos. Em áreas de extração intensiva, o consumo doméstico dessa fruta silvestre declina. Por isso, os estudiosos defendem que as políticas e práticas relacionadas ao uso da floresta precisam considerar os benefícios de seus usos múltiplos para toda a sociedade.

Segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, pelo menos 150 itens não madeireiros são referenciados no mercado internacional. A maior parte é comercializada em pequenas quantidades. Alguns desses itens possuem alto valor econômico, cujas cotações são, muitas vezes, cíclicas ou voláteis, enquanto outros podem ter preços razoavelmente estáveis. No caso brasileiro, os que possuem maior significado econômico são a resina extraída do *Pinus* sp., os óleos essenciais do *Eucalyptus* sp., a borracha natural extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*), o tanino e o mel, entre outros.

Em uma análise realizada recentemente pelo Centro de Pesquisa Florestal Internacional (Cifor), com 116 produtos não madeireiros na América Latina, verificou-se que a sua comercializa-

ção movimentou por ano entre US\$ 7,5 e 9 bilhões no mundo (dados de 2006). A parte dos insumos direcionados para o setor cosmético foi mais significativa ainda, contribuindo com uma receita adicional de US\$ 108 bilhões. Acredita-se, porém, que o maior valor dos produtos não madeireiros ainda seja em seus usos para a subsistência e o comércio nas regiões de origem.

Segundo a Cifor, nos países em desenvolvimento, a demanda para tais produtos apresenta grande crescimento. Esse fato se deve ao aumento da renda média da população, que passou a se interessar mais por alimentos, fibras, plantas medicinais, e, principalmente, por ativos vegetais, que entram na composição de cosméticos. Por sua vez, nas nações mais adiantadas, também existe tendência de expansão desse mercado, mesmo com a maior facilidade de acesso a seus substitutos sintéticos.

Verifica-se, ainda, que as grandes companhias que atuam no Brasil estão mudando sua concepção de sustentabilidade. Isto significa que estão praticando menos filantropia e reforçando mais as suas cadeias produtivas. Em pesquisa recente, grande parte dos representantes de uma centena de empresas do país declarou que está procurando adequar sua rede de fornecedores e mudando processos e produtos, com o objetivo de atender os princípios socioambientais, por pressão dos consumidores.

Em todo o país - na Amazônia, na Mata Atlântica, no cerrado -, estão surgindo inúmeras iniciativas criativas que procuram aliar opções de trabalho com a conservação do ambiente, que precisam ser incentivadas e apoiadas pelo poder público. Observa-se que o Brasil possui um modelo único de aproveitamento de ativos vegetais, pois o extrativismo é tão importante como a agricultura em pequena escala no país.

Essas tendências, que parecem ser irreversíveis, devem contribuir para a expansão das atividades geradoras de renda e emprego, ligadas à exploração de ativos naturais, de forma sustentável, privilegiando as boas práticas de manejo e a melhoria dos produtos por meio da certificação.

Marcelo Machado Leão é Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e pós-doutorando. Além de diretor técnico da Propark Paisagismo e Ambiente Ltda., é professor convidado da Esalq-USP e do Inbec.